

PLR_s

uma experiência com

Raça e Classe



Expediente



Coordenação Geral : Sonia Maria Pereira Nascimento

Edição: Tania Portella

Redação: Aureliano Biancarelli e Tania Portella

Entrevistas: Aureliano Biancarelli

Fotos: Acervo Geledés

Projeto Gráfico, Capa e Diagramação: KK

Realização: Geledés – Instituto da Mulher Negra: Programa de Direitos Humanos – Projeto Promotoras Legais Populares)

Apoio: Fundação Ford

Todos os direitos reservados ao Geledés Instituto da Mulher Negra
Permitida a reprodução desde que citada a fonte

Índice

<i>A contribuição das PLPs ao processo da democratização do Direito.....</i>	4
<i>Apresentação.....</i>	5
<i>Afinal, quem são as PLPs?.....</i>	6
<i>Formando PLPs.....</i>	7
<i>2.1A importância das oficinas na autoestima das mulheres em situação de violência.....</i>	10
<i>2.2 Comunicação, TICs, Mídia e Advocacy Uma grata experiência na formação das PLPs.....</i>	15
<i>2.3Sem informação haverá sempre dependência.....</i>	18
<i>Sábados na Cidade Tiradentes.....</i>	19
<i>Núcleo de Promotoras do Hospital São Mateus - Um caso inédito de atendimento a mulheres em situação de violência num hospital da Zona Leste.....</i>	21
<i>Roda de conversa</i>	23
<i>Entrevista: Promotoras Legais Populares como instrumentos de justiça e democracia.....</i>	37
<i>Saudação de Sueli Carneiro à turma de PLPs</i>	41
<i>Colcha de Retalhos.....</i>	44

Prefácio

É desafio que se coloca, no Brasil, de que todos tenhamos conhecimento dos direitos fundamentais, bem como, dos instrumentos legais que assegure a cada um o reconhecimento da dimensão da pessoa humana, inclusive, por parte dos poderes públicos.

Neste contexto, o acesso à Justiça representa instrumento que pode garantir direitos fundamentais, visto em sua dimensão coletiva ou individual.

As promotoras legais, líderes comunitárias, ao se capacitar para reproduzir conhecimentos e atuar de modo efetivo no grupo social, têm papel fundamental para o exercício do direito ao acesso à Justiça.

Mas não se limita a isso. A transmissão das experiências vivenciadas pelas promotoras legais junto à comunidade, para nós, magistrados, que participam dos cursos de capacitação, representa lição inestimável. Coopera para a melhor compreensão das relações sociais. Traz a lume a maneira pela qual as leis vigentes atuam na comunidade. Sem contar a possibilidade única de dar a conhecer o impacto que as decisões judiciais causam na comunidade.

Vale dizer, a participação nos cursos de capacitação das promotoras legais, durante esses anos, tem oferecido a nós, magistrados, a oportunidade de, em face das resistências culturais, muitas vezes geradas por preconceitos e atitudes discriminatórias, reforçar, rever e reformular conceitos, análise e interpretação das normas legais. Constitui troca de experiência que, sem dúvida, desafia a busca de solução mais adequada e justa para o drama humano contido nas entrelinhas das folhas de cada processo.

Angélica de Maria Mello de Almeida
Desembargadora - TJSP

Apresentação

O Projeto Promotoras Legais hoje está difundido em quase todos os países da América Latina. A história do projeto de PLPs no Brasil começou em maio de 1992 com a realização de um seminário sobre os direitos da mulher organizado pelo Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulheres (Cladem), em São Paulo. No encontro estavam presentes advogadas e feministas do Chile, Argentina, Peru, Costa Rica, entre outros países que pelo menos há uma década já desenvolviam projetos de educação jurídica popular feminista em seus países.

A partir do seminário foram tomadas as primeiras iniciativas de se implantar, também no Brasil, o Projeto de Capacitação de Promotoras Legais Populares. A ONG feminista Themis – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, de Porto Alegre (RS), se dedicou a capacitar grupos de mulheres para esse projeto em diferentes capitais do país. O curso que atualmente é promovido pelo Geledés nasceu após uma dessas capacitações.

De 1999 até hoje o projeto PLPs do Geledés vem ampliando o leque de seus cursos, numa perspectiva multidisciplinar, lançando um olhar mais aprofundado sobre a questão étnico racial. Atualmente o projeto está em sua 8ª turma e já formou cerca de 400 mulheres, entre elas um grupo de advogadas da Região Metropolitana de São Paulo, outro formado por funcionárias e voluntárias do Hospital de São Matheus, onde foi criado um Núcleo de atendimento às mulheres em situação de violência.

A proposta dessa publicação é compartilhar com mulheres negras e não negras a experiência e a atuação das Promotoras Legais Populares que passaram pelo projeto PLPs do Geledés e agora falam do conhecimento sobre seus direitos; do fortalecimento da sua autoestima; do exercício da cidadania; do papel e a importância que vêm obtendo na luta contra a violência doméstica e como esse trabalho acontece no cotidiano.

A cartilha apresenta também um pouco do dia a dia da formação oferecida pelo projeto, destaca a bem sucedida formação do Núcleo de atendimento às mulheres na zona leste de São Paulo e a experiência das PLPs no uso da comunicação.

Mais do que o relato de uma experiência e o depoimento das e dos participantes do projeto PLPs (alunas, coordenadoras/es, professoras/

es ou visitantes), a publicação pretende chamar a atenção para um projeto que vem, silenciosamente e sem apoio público, mudando a vida de milhares de pessoas, participantes diretas ou simplesmente acolhidas por essa filosofia de trabalho.

Nossos agradecimentos a todas as instituições e pessoas que colaboraram e colaboram para o êxito deste Projeto.

A coordenação

Afinal, quem são as PLPs?

CAPÍTULO 01

As Promotoras Legais Populares (PLPs), conhecidas em diferentes países da América Latina, são lideranças da comunidade que escutam, orientam, dão conselhos e auxiliam outras mulheres a ter acesso à justiça e aos serviços que devem ser procurados quando sofrem algum tipo de violação de seus direitos. Além do papel orientador, as PLPs compartilham informações e promovem o uso instrumental do Direito no dia a dia de mulheres negras e não negras para efetivação dos seus direitos.

Elas trabalham, principalmente, em benefício dos segmentos populares no enfrentamento da violência contra as mulheres, das discriminações de gênero, de orientação sexual e do racismo. As PLPs costumam atuar em comunidades, sindicatos, escolas, hospitais, postos de saúde, entre outros. Algumas organizam manifestações para reivindicar direitos e participam de movimentos que possam fortalecer suas lutas, também na implementação de políticas públicas, o que constitui um dos maiores desafios enfrentados no cotidiano das Promotoras Legais Populares.

Para tornar-se uma PLP, é preciso participar do curso com duração de 10 meses que oferece uma formação multidisciplinar em Direitos Humanos, Direitos das Mulheres e Direito das Mulheres Negras. No curso coordenado pelo Geledés – Instituto da Mulher Negra, a PLP tem uma formação com ênfase especial na questão racial. A opção por essa estrutura do curso privilegia as participantes que podem ter acesso a vasta experiência do Geledés que aglutina a defesa dos direitos da mulher ao combate ao racismo.

O Geledés – Instituto da Mulher Negra é uma organização que, entre outras ações, atua pela eliminação das discriminações e violências sofridas por mulheres negras e não negras. Em seu campo de atuação, a equipe do Geledés lida constantemente com a realidade que é traduzida em dados estatísticos pelas agências Internacionais e organismos de pesquisa nacionais e nesse fazer constata e reafirma cotidianamente que o pertencimento étnico-racial das mulheres intensifica as violações ao agregar o racismo às situações de violências sofridas.

Para fazer girar a roda de informações e promover o acesso a justiça e a exigibilidade dos Direitos Humanos das Mulheres é que a organização adotou o projeto Promotoras Legais Populares, uma iniciativa que estimula a reflexão sobre a cidadania, a partir de várias perspectivas, principalmente sob a ótica dos/as agentes sociais negros/as.

Formando PLPs

CAPÍTULO 02

A proposta do curso é direcionada para mulheres que apresentam potencial ou são lideranças comunitárias, oriundas, preferencialmente, das zonas Sul e Leste da Cidade de São Paulo, áreas onde se concentram os bolsões de pobreza com altos índices de violência e uma concentração populacional de maioria negra.

Capacita-se ao mesmo tempo mulheres jovens e adultas, um público de variação etária de 17 a 65 anos. O quadro de mulheres que se interessam pela formação apresenta uma boa variedade de ocupações e profissões, são donas de casa, professoras, advogadas, empregadas domésticas, estudantes, vendedoras, assistentes sociais, funcionárias públicas, entre outras.



Grade Curricular do Curso de Formação de PLPs do Geledés

- I.** Direitos Humanos e Organização do Estado: Declaração Universal dos Direitos Humanos; Os Direitos Humanos no Ordenamento Brasileiro, Constituição Federal, Estrutura do Estado (funcionamento dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário), abordando diferenças entre os três poderes.
- II.** Direito das Mulheres: Os direitos das mulheres são direitos humanos: leis, convenções, tratados.
- a.** Garantia dos Direitos das Mulheres no Âmbito Familiar: relações familiares, procedimentos relativos ao direito de família: Alimentos, Separação judicial, Divórcio, Reconhecimento e Dissolução de União Estável, Concubinato, Guarda de filhos, Investigação de Paternidade e Sucessões;
 - b.** Garantia dos Direitos das Mulheres em Situação de Violência: procedimentos jurídicos para mulheres vítimas de violência, encaminhamentos, as diversas facetas da violência;
 - c.** Direitos Sexuais e Reprodutivos: planejamento familiar, aborto, mortalidade materna e questões referentes à saúde reprodutiva da mulher.
 - d.** Estatuto da Criança e do Adolescente.
 - e.** Combate às Discriminações: Idoso, Orientação Sexual.
 - f.** Racismo, Discriminação e Preconceito Racial.
- III.** Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.
- IV.** Direitos Trabalhistas e Previdenciários: legislação trabalhista, com ênfase na condição de igualdade nas relações de trabalho e a questão previdenciária: aposentadoria, pensão, acidente do trabalho, auxílio reclusão.
- V.** Trabalho e Geração de Renda.
-
-

O projeto tem como objetivos específicos:

Capacitação de mulheres sobre direitos humanos e direitos das mulheres;

- ▣ Contribuir para o surgimento de novas lideranças comunitárias femininas;
 - ▣ Fortalecer o trabalho de lideranças comunitárias já existentes;
 - ▣ Multiplicar informações; instrumentalizar e fortalecer a busca da cidadania e acesso à justiça;
 - ▣ Contribuir para o desenvolvimento de ações organizadas na comunidade;
 - ▣ Construção de uma rede de solidariedade para ações de combate a todo tipo de violência: racial, doméstica e sexual;
-
-

A importância da autoestima para as mulheres em situação de violência

A psicóloga Thereza C Ferraz, autora do Manual de Autoestima para Mulheres em Situação de Violência, que atua nos cursos de Promotoras Legais Populares de Geledés, faz uma avaliação da importância desse trabalho na superação dos conflitos. Fala da sua dinâmica, dos limites, distorções e resultados da metodologia que emprega.

“Nossas oficinas foram planejadas com dinâmicas de grupos, que possibilitam reflexão sobre o relacionamento das mulheres no casamento, bem como a forma com que elas vêem o mundo e lidam com o social.

Este espaço de reflexão/discussão é muito rico, pois permite que as mulheres que sofrem violência e constantemente entram em depressão, tomem contato com outras que estão na mesma situação, revejam sua forma de pensar e agir. Isso possibilita diminuição da angústia e culpa cultural que quase toda mulher vítima de violência carrega, resultando que elas tenham maior poder decisório sobre suas vidas.

Muitas mulheres espancadas sabem que esse tipo de relação não lhes convém. Várias vezes pensam em mudar, mas falta lhes segurança para esse passo que as levará a uma vida mais sadia. Não adianta dizermos às mulheres: ‘Você precisa mudar!

Chega de apanhar!’ Isto ela já sabe. Nisto ela pensou muitas vezes, mas o máximo que conseguiu foi mudar a frase para **‘Ruim com ele, melhor sem ele’**

Hoje, depois de tanto combatermos a antiga expressão, pouco se ouve uma mulher repetir aquele absurdo; elas aprenderam outra resposta, o que é meio caminho andado para a mudança que o feminismo propõe, porém não garante a eliminação do comportamento baseado na primeira verdade cultural.

Como lidar com esta situação?

Isto somente é possível se trabalharmos os sistemas de valores que até hoje mantém as mulheres dentro de um comportamento linear de baixa autoestima, levando-as a uma situação de vulnerabilidade que as tornam sujeitas a várias formas de violência.

Não adianta dizermos às mulheres:
Você precisa mudar !
Chega de apanhar!
“ Isto ela já sabe !

É exatamente isto que propomos em nossas oficinas dos grupos de Promotoras Legais Populares. Ao possibilitar a elas um espaço dinâmico de discussão de valores culturais, conceitos, eliminação de preconceitos e todas as formas de discriminação, estaremos dizendo que uma vida melhor é possível, o que acaba se tornando efetiva realidade possibilitada pelo reforço das discussões em grupo. É o espelho que faltava para refletir problemas semelhantes entre as mulheres.

Como amar alguém que não se respeita?

Muitas mulheres não percebem a sua própria identidade. Não sabem, por exemplo, identificar o que lhes dá prazer na vida. Usamos nos grupos o exercício do equivalente orgástico (Reich) onde ela é convidada a pensar no que lhe dá maior prazer na vida. Um prazer semelhante ao orgasmo e que trás um bem estar enorme às pessoas. Verifica-se que elas não têm o costume de pensar em si próprias, apresentando resposta como: a família, os filhos, a casa e não reservam espaço para pensarem em si, um reflexo do comprometimento da sua autoestima. Como consequência desta forma de levar a vida, as pessoas passam a desrespeitá-las tratando-as da forma como elas se tratam, isto é, sem respeito às suas necessidades. Comumente são mulheres que tem a seguinte queixa: “Eu faço tudo por ele e ele não reconhece”.

Por que alguém deveria reconhecer e amar alguém que não se respeita? Aprendemos por imitação e, se a mulher não reivindica seu próprio espaço e respeito, ninguém irá respeitá-la.

Mantê-la na submissão à sua vontade nada mais representa que uma grande energia despendida para camuflar o seu verdadeiro motivo: sua própria insegurança e que ele precisa urgentemente começar a lidar para crescer enquanto pessoa.

Se ela conseguir romper a dominação, esse tipo de casamento estará comprometido, porém estará caminhando para uma forma de relacionamento mais saudável através do diálogo, que precisa ser constante, para que o homem entenda a necessidade de “dar” à mulher o espaço que ela precisa para seu equilíbrio.

A superação das dificuldades

Nas dinâmicas de grupo os conceitos são revistos, os preconceitos discutidos e eliminados, os valores culturais passam por verdadeiro crivo no julgamento das participantes que se sentem à vontade em falar de suas dúvidas, seus receios e a superação vem com a ajuda do grupo.

É uma forma saudável de ver e ser na vida que começa a ser assumida pelas participantes na quebra de valores culturais que prejudicam a mulher. É o que se traduz na verdadeira psicoterapia comunitária e que começa a ser utilizada pelos profissionais das emoções/comportamentos com eficácia, na modificação de ações indesejáveis presas a conceitos culturais milenares e que remetem à mulher ao papel de submissão ao homem.

Uma terapia breve, que ajuda a redescoberta

Parte do trabalho é baseado nos estudos de Aaron Beck – criador da Terapia Cognitiva Comportamental -, que preconiza: ‘as pessoas que sofrem violência e entram em depressão desenvolvem visões negativas irrealistas sobre o mundo, tendo cognição deturpada em três áreas que são tidas como tríade depressiva: visões negativas sobre elas mesmas, o mundo e seu futuro’.

O estudo de Beck representa bem a amostragem de mulheres atendidas no curso de Promotoras Legais Populares, cuja história de vida é a violência doméstica e/ou sexual e que se isolam em si mesmas sem recursos para sair de um processo depressivo. Através da Terapia Cognitiva as mulheres aprendem a dominar problemas e situações vistas como insuportáveis. As alterações do conteúdo das estruturas cognitivas resultam na alteração do estado afetivo e do padrão comportamental, tornando essas mulheres muito mais felizes pela descoberta do prazer de viver.

Com as oficinas de autoestima , fortalecemos seus pensamentos conscientes ao invés de tentar trazer à tona desejos reprimidos e motivações inconscientes (psicanálise). Com o recurso da Terapia Cognitiva Comportamental, as mulheres são agentes de sua própria transformação resolvendo seus problemas atuais, mudando seus comportamentos disfuncionais e respondendo de forma adaptativa a uma realidade mais produtiva, e isto é muito facilitado pelo auxílio do grupo, com o qual se identificam e que possibilita excelentes resultados em curto espaço de tempo.

Alguns objetivos das dinâmicas de grupo aplicadas nas oficinas

- 1.** Estabelecer elos de ligações entre as pessoas e os grupos, reforçando o conhecimento entre elas e possibilitando a formação de novas amizades (auxílio mútuo).
- 2.** Enfocar os aspectos positivos da personalidade e/ou quaisquer atributos que valorizem em si, pois estão acostumadas a ressaltar seus aspectos negativos e pensar sempre no outro em primeiro lugar (cultural).
- 3.** Predispor o grupo de mulheres à reflexão sobre comportamentos de menos-valia que se tornaram hábitos em suas vidas.
- 4.** Verificar postura de submissão ou dominação avaliando a capacidade de liderança e prontidão para a ação (exercícios de comunicação não verbal).
- 5.** Verificar como elas dominam a assertividade na discussão de problemas (interação com o companheiro).
- 6.** Testar a capacidade de flexibilidade na aceitação ou não de novas situações.
- 7.** Quebrar barreiras de comunicação, rever conceitos e eliminar medos e preconceitos, ligados à sexualidade, bem como quaisquer formas de bloqueio na comunicação de suas emoções (AIDS, DSTs, treino com a camisinha).
- 8.** Permitir que elas se soltem e entendam a sexualidade como uma manifestação natural do ser humano e que precisa ser encarada e discutida com franqueza e seriedade, mesmo dentro de uma grande brincadeira que se torna o exercício.
- 9.** Descobrir o que lhe dá prazer na vida (o equivalente orgástico de Reich).

Finalmente

Este trabalho vem provocando importantes transformações na vida das mulheres e, conseqüentemente, na de suas comunidades. A partir do momento em que os conceitos são revistos, os preconceitos discutidos e eliminados e os valores culturais passam por verdadeiro crivo no julgamento das participantes, está dado o principal passo para a superação da situação vivida.

É neste espaço que elas aprendem a PENSAR e DECIDIR por comportamentos mais saudáveis, mais compatíveis com sua própria energia vital e eixo de força, tornando-as, portanto, mais felizes e realizadas.

Uma forma mais saudável de ver e ser na vida começa a ser assumida pelas participantes com o apoio do grupo, na quebra de valores culturais que prejudicam a mulher, diminuindo a incidência e prevalência de violência a que era submetida.

É o que se traduz na verdadeira psicoterapia comunitária e que começa a ser utilizada pelos profissionais da área de emoção/comportamento com eficiência e eficácia, na modificação de ações indesejáveis presas à conceitos culturais milenares e que remetem à mulher ao papel de submissão ao homem.”

Comunicação, TICs, Mídia e Advocacy

Uma grata experiência na formação das PLPs

Ninguém pode negar que a internet e os recursos tecnológicos que temos hoje criam uma gama imensa de possibilidades de se produzir, distribuir e acessar informações. Mas junto com esse desenvolvimento, cresce também a dificuldade de acesso e participação da população nesses meios, principalmente da população negra, que é a maioria entre os mais pobres e excluídos do Brasil. Foi a partir dessa realidade que o Geledés pensou em levar mais essa dimensão de formação para o curso de formação das PLPs.

Por meio do seu Programa de Comunicação, o Geledés defende ao longo de 20 anos a importância da Comunicação não apenas como instrumento de disputa de espaço midiático, mas como meio de empoderamento de ativistas e instituições dos movimentos sociais, em especial do movimento de mulheres negras.

Com essa preocupação a organização realizou uma pesquisa para analisar a relação das mulheres negras com a Comunicação/Mídia e as Novas Tecnologias de Informação (TICs). O resultado mostrou-nos que 70% das mulheres que responderam ao questionário tinham acesso, de alguma maneira, aos computadores que, todavia, eram sub-utilizados por falta de capacitação técnica. Também ficou evidenciado o que passamos a chamar de “tecnofobia”, ou seja, o receio das mulheres negras, em especial as adultas, em relação às tecnologias, por considerarem como inacessível.

De posse desses resultados o programa de comunicação do Geledés partiu para o desenvolvimento de uma metodologia para capacitação em TICs e Comunicação de mulheres negras adultas, lideranças comunitárias, que na maioria eram totalmente excluídas desse tipo de habilitação e que dependiam, em geral, de terceiros para o manuseio de equipamentos de informática.

Para essa capacitação foram criados instrumentais específicos, como por exemplo uma cartilha, passo a passo, que desmistifica a Internet e decifra os complicados termos das novas tecnologias e que assombram as mulheres de movimentos comunitários, e as afastam daquilo que chamamos de o direito a ter direito.

Criar meu web site Fazer minha home-page
Com quantos gigabytes Se faz uma jangada
Um barco que veleje Que veleje nesse infomar
Que aproveite a vazante da infomaré
Que leve um oriki do meu velho orixá
Ao porto de um disquete de um micro em Taipé
(Gilberto Gil)

Web PLPs

O Curso de Capacitação de “Promotoras Legais Populares e Lideranças Femininas Comunitárias”, além de trazer o experimento das TICs em comunicação, também agregou as questões em mídia e advocacy. Essa foi uma grande aposta da coordenação do projeto para multiplicar informações e qualificações nesses temas; instrumentalizar e fortalecer o grupo dentro das atividades que já desenvolvem no seu campo de trabalho.

Este curso superou todas as expectativas das organizadoras, a começar pelo elevado número de inscrições recebidas. Foram mais de 90, entre as PLPs capacitadas pelo Geledés – Instituto da Mulher Negra. Isso demonstrou o alto grau de interesse e o anseio dessas mulheres por uma oportunidade. As selecionadas tinham entre 30 e 69 anos de idade, e residiam na Cidade Tiradentes, Zona Leste, periferia da cidade de São Paulo.

A população dessa comunidade é de 270.000 habitantes, sendo mais da metade de afrodescendentes; 80% das famílias são chefiadas por mulheres e os níveis de pobreza é um dos mais altos do Estado de São Paulo. Vale ressaltar que um grande número das capacitadas vem de situação de violência doméstica e, após período de atendimento e acolhimento, tornaram-se PLPs e hoje atendem as mulheres de sua comunidade.

Um dos aspectos positivos desta capacitação foi a parceria com a UNICID – Universidade da Cidade de São Paulo, através do curso de Comunicação, que disponibilizou toda infra-estrutura necessária para a capacitação (laboratório de informática, apoio tecnológico e estúdio de TV).

Essa parceria – Geledés/UNICID permitiu não apenas uma alta qualidade na capacitação como também a promoção da auto-estima dessas mulheres, que nunca tiveram acesso a uma universidade. Algumas nunca haviam entrado nas dependências de uma Faculdade, até então.

Todas as capacitadas receberam o certificado da Universidade, instrumento que age no empoderamento profissional, mas é no campo social que o impacto é maior. Para essas mulheres, essa capacitação teve o significado de uma abertura para o mundo, pois as aulas teóricas possibilitaram leituras e debates de textos sobre algo que até então era desconhecido. A apresentação de trabalhos, realizados individualmente ou em grupo, foi outra experiência impactante para o grupo.

Nas aulas práticas, puderam localizar recursos disponíveis na Internet, identificando websites destinados ao desenvolvimento de atividades das alunas, nas áreas do direito, da educação, violência doméstica e sexual, cidadania ou de outros temas de interesse do grupo.

A partir dessa Capacitação as alunas criaram uma lista de discussão PLPsYahoo, que está disponibilizada para PLPs de outros estados e municípios, além de e-mails próprios, a partir do qual vêm se comunicando com gestores, organizações do movimento social e outros grupos de mulheres em todo o Brasil. Também criaram Blogs, páginas em sites de relacionamento e tem participado ativamente dos processos de discussão sobre Comunicação, em especial aqueles deflagrados pela realização da 1ª Conferência Nacional de Comunicação.

O Curso contou com a generosidade de especialistas nas áreas de comunicação, mídia e advocacy, que durante todas as fases disponibilizaram seus conhecimentos práticos e teóricos associados a questões de direitos e cidadania.



Sem informação haverá sempre dependência

A PLP e orientadora social da Casa Cidinha Kopcak, (vírgula) Marlene Oliveira de Mello, já recebeu centenas de mulheres em situação de violência. Em 2004, participou da primeira turma de PLPs organizada pelo Geledés no Hospital Geral de São Mateus e, ao término do curso, tornou-se voluntária na Casa Cidinha. Atualmente é contratada da instituição como orientadora social e atende mulheres em situação de violência, em geral encaminhadas pelas várias instituições da região.

A partir desse lugar, de onde já ouviu e encaminhou centenas de mulheres, é que Marlene aprendeu a valorizar a informação como um bem maior, talvez a principal força capaz de libertar as pessoas de um modo geral e as mulheres vítimas da violência, em especial. “O homem sai para o trabalho, é ele quem detém o conhecimento. A mulher fica em casa, desinformada e dependente. Ao longo dos anos, trabalhando com as vítimas da violência, vamos aprendendo alguns ensinamentos:

No início, na maioria das vezes, a mulher não tem idéia de que está sendo vítima de violência. Além da física, há outros tipos de agressões: psicológica, moral, financeira, que ela não desconfia. Aprendi a perceber violências mais sutis no curso de Promotoras Legais Populares. A importância da informação começa no conhecimento e no sentimento de que aquilo é uma violência contra ela e que ela não quer aquilo para sua vida. Se não percebe e não tem consciência dessa violência, continuará sofrendo as consequências e se sentirá sempre incapaz de sair dela.

Outra realidade é a falta de conhecimento dos tipos de serviço que ela pode recorrer, do tipo de ação que pode mover, dos direitos que ela possui. Por conta disso, além da baixa autoestima, ela se sente perdida, acha que não tem solução e que o destino dela é continuar vivendo daquele jeito. A maioria delas não trabalha fora, nunca tiveram a possibilidade de conhecer uma atividade, ficam presas dentro de casa. Então, o conhecimento vem sempre do homem, do companheiro, porque é ele quem comanda, porque ele sabe, porque ele conversa, ele trabalha, porque está fora de casa e ela não. Ela não tem acesso a esse conhecimento do mundo que o homem tem e ele se aproveita disso para se impor.

Quando, por alguma razão, ela muda de companheiro, as coisas se repetem, porque o ciclo da violência é repetitivo. Se ela não adquire conhecimento, ela não consegue sair desse quadro, porque não adianta apenas terminar o relacionamento, é preciso terminar com a causa que provocou essa situação em sua vida.”

Sábados em Cidade Tiradentes

CAPÍTULO 03

Há anos, em todas as manhãs de sábado, a advogada Sônia Nascimento, coordenadora do projeto, faz a travessia da cidade. Sai de sua casa, no Butantã, Zona Oeste da cidade de São Paulo, recolhe os professores que darão a aula do dia – não importa em qual ponto da cidade – e em seguida se dirige para o extremo leste da capital, para Cidade Tiradentes. Tem que estar às 9h na Escola Técnica de Saúde de Pública da Cidade Tiradentes, onde as alunas do curso de capacitação de Promotoras Legais Populares do Geledés aguardam para as atividades.

A violência e o desrespeito não têm fronteiras, não respeitam muros, nem paredes dos quartos. Quando acontecem lá dentro, se reproduzem lá fora. E quando ocorrem lá fora, são trazidos para dentro.

As aulas, palestras e encontros sempre contam com a participação de profissionais da área do Direito e também de outras áreas, como saúde, antropologia, serviço social, psicologia, que são convidadas e convidados e aceitam a tarefa de atuar voluntárias e voluntários nos cursos de formação das PLPs. É um processo de aprendizagem considerado como uma rua de mão dupla, onde alunas, professoras/ es e coordenadoras/es aprendem uns com os outros compartilhando experiências.

A Escola Técnica de Saúde Pública, é uma referência em Cidade Tiradentes e o fato do curso ser realizado neste local fez com que mulheres que estavam há anos fora da escola voltassem a sentar em carteiras. Um passo essencial para que procurassem na própria escola um curso profissionalizante, encorajadas pela perspectiva de uma nova vida e despertas pelo desafio e necessidade de conquistar independência e autonomia.

De acordo com as participantes do curso, o bairro de Cidade Tiradentes já foi muito mais violento e abandonado, mas os moradores ainda são estigmatizados e sofrem discriminação por habitarem na maior Cohab da América Latina, onde há a maior concentração de população negra da cidade, tanto que as mulheres lembram que a região já foi conhecida como navio negro.

A discriminação contra o bairro, contra a cor e a raça de seus habitantes, aparecem mesmo nos serviços públicos que deveriam ser sinônimos de acolhimento, como é o caso de hospitais. As mulheres relatam situações vividas ou presenciadas no Hospital Municipal da Cidade Tiradentes, uma referência para a região. Mesmo servindo uma área com grande população negra, o hospital quase não tem negros(as) no seu quadro de funcionários, afora o pessoal da limpeza, que é terceirizado. A informação surgiu em seminário sobre Saúde da População Negra, onde se questionou a direção do Hospital de Cidade Tiradentes, sobre o número de funcionários negros e a direção não soube responder. Trata-se de uma situação de grande discriminação que as mulheres só se deram conta quando discutiam autoestima e direitos no curso de Promotoras.

Uma auxiliar de enfermagem afirma que há relatos que as mulheres negras são discriminadas até mesmo nos ambulatórios de hospitais da região. Para ela é visível a diferença no atendimento quando entra uma negra e quando entra uma branca. Se a mulher é negra, o médico ouve a queixa e diz, 'Ah, isso é cansaço'. Se é uma branca, procura saber mais detalhes, pergunta à enfermagem o que pode ser feito e para onde a paciente pode ser encaminhada. O que não acontece com as negras. É um fato vivenciado em vários hospitais, testemunhado por muitas profissionais da saúde pública e relatados em diversos seminários e encontros de saúde.

Algumas das PLPs formadas em Cidade Tiradentes passaram a compor o Conselho Gestor de Saúde, fazem levantamentos, apontam os problemas e acompanham de perto os desdobramentos ou a omissão dos casos encaminhados.

O conjunto de aulas têm em seu núcleo a grade curricular proposta por Geledés, além de incorporar em seus temas e ações as especificidades e necessidades das turmas e da região onde o curso acontece. Ainda que o interesse principal sejam as questões que envolvem Direitos Humanos e os Direitos das Mulheres, os temas emergentes resultam dos diversos desafios

enfrentados pelas mulheres e seus familiares e pela comunidade, como a falta de empregos, a ausência de áreas de lazer que contribui para que adolescentes e jovens transformam bares e esquinas em pontos de encontros propiciando a iniciação no álcool e nas drogas, a precariedade do transporte público.

Algumas dessas especificidades requerem soluções mais simples, como ocorreu com as integrantes da 7ª turma que foram conhecer a comunidade quilombola de Caçandoca, em Ubatuba, no litoral de São Paulo. A maioria delas nunca tinha visto o mar, muito menos imaginava como seria uma "comunidade" onde seus antepassados resistiram ao sistema escravocrata.

Outro grupo foi levado para Santos, conheceram pontos turísticos da cidade e a Casa de Cultura da Mulher Negra, uma ONG que é referência na defesa dos direitos das mulheres negras. Outro grupo foi ao teatro em São Paulo.

No momento, o Geledés está formando a 8ª turma de PLPs e os cursos realizados revelaram lideranças femininas em direitos humanos e direitos das mulheres, que hoje atuam como educadoras, agentes de cidadania e tem colaborado na solução de inúmeras questões que até então supunham depender da ação de um advogado como: Ações nos Juizados Especiais; aposentadoria e pensão junto ao INSS; seguro por morte, bem como, o que e quando procurar e exigir do Sindicato da categoria, e muito mais!

Núcleo de Promotoras do Hospital São Mateus

CAPÍTULO 04

Um caso inédito de atendimento a mulheres em situação de violência num hospital da Zona Leste

Quem entra pelo Pronto-Socorro do Hospital Geral São Mateus, na zona leste da cidade, mal percebe uma sala à esquerda das catracas, onde ficam as Promotoras Legais Populares. Elas fazem parte do Navvi, Núcleo de Atendimento a Vítimas de Violência, em funcionamento no hospital desde 2005.

A história do Núcleo começou em 2004, quando a auxiliar de enfermagem e militante da área de saúde, Terezinha Cecília da Silva Lira, após tornar-se PLP pelo Geledés, sondou a possibilidade de trazer o curso para o Hospital Geral de São Mateus. Ela percebeu que o espaço era ideal para acolher a iniciativa. A idéia foi bem recebida pela diretora da unidade, Dra. Maridite de Oliveira, que institucionalizou a experiência ao publicar em edital a abertura das inscrições. Houve um grande número de interessadas e foram selecionadas 55 mulheres, entre funcionárias e voluntárias do hospital, para que fossem instrumentalizadas na 6ª turma de formação de PLPs.

A formação de PLPs na unidade foi a porta de entrada para a realização de outros cursos no hospital e impulsionou a iniciativa inédita de criação do Núcleo de Atendimento com PLPs trabalhando exclusivamente dentro da instituição. PLPs que são funcionárias do hospital e atualmente são encarregadas de zelar pelas vítimas de uma doença social muito grave: a violência e a humilhação contra a mulher seja ela menina, jovem, adulta ou idosa.

Elas permanecem de olhos e ouvidos atentos às pacientes que procuram socorro médico. Sabem que por trás de um hematoma, pode se esconder a violência de um companheiro, vizinho ou parente que não será revelada, valorizada nem percebida durante o atendimento médico. A mesma violência que não será diagnosticada por trás de um quadro de depressão e que também não aparecerá no prontuário médico.

Na sala do Núcleo não cabem mais que três Promotoras, quando alguma mulher concorda em conversar, apenas uma delas fica para ouvi-la. É da delicadeza e do cuidado desse ouvir que dependerá muitas vezes o desabafo e o pedido de ajuda de uma paciente que está sofrendo. Não significa, nem se espera, que ela tome providências, como denunciar o marido. Muitas passam por ali e não voltam mais. Outras mais tarde vão se dar conta de que podem se libertar daquela violência e um dia voltarão a pedir ajuda, ou irão procurar outras Promotoras ou instituições que ficaram conhecendo naquele atendimento.

Uma das lições que as Promotoras tomam como regra inviolável é a de ouvir sem fazer julgamentos. Escutar apenas, sem propor caminhos ou atitudes. As mulheres que chegaram até ali e que decidiram desabafar, não procuram conselhos, querem apenas falar. É a partir desta conversa que tomarão suas atitudes.

De acordo com as promotoras, a presença de PLPs dentro do hospital tem muita importância porque o atendimento médico muitas vezes é o primeiro caminho e o primeiro contato com a vítima. As promotoras presentes no hospital fazem um Registro de Ocorrência interno e esse é o primeiro registro que vai para a delegacia, se assim a vítima desejar, para colaborar na lavratura do Boletim de Ocorrência.

As Promotoras do São Mateus também se ocupam do programa Conte Comigo, um projeto do Governo do Estado de São Paulo, para humanizar o atendimento dentro dos hospitais, além de orientar pacientes e seus familiares a reivindicarem seus direitos. Quem está buscando atendimento ou se achar mal atendida, deve procurar as Promotoras. Elas também são responsáveis pela 'terapia comunitária', onde duas terapeutas formadas se reúnem todas as quartas-feiras à tarde com as mulheres que sofreram violência e que antes já passaram pelo Núcleo de atendimento.

Na experiência do Hospital Geral de São Mateus, fica explícita que a atitude de liderança de uma PLP propiciou a multiplicação do conhecimento em relação aos Direitos Humanos e Direito da Mulher, transformando a articulação de uma turma em um modelo de serviço que pode ser estendido a outras unidades e instituições de saúde do país e pode ser implementado em diálogo com as políticas de saúde propostas pelo Estado.

Roda de Conversa

CAPÍTULO 05

Além do atendimento e orientação a outras mulheres, algumas PLPs se reúnem quinzenalmente no Centro de Direitos Humanos, que fica em frente ao Hospital Geral de São Mateus e foi criado com três objetivos principais: receber e encaminhar denúncias de discriminação racial no sistema de saúde, dar continuidade à formação e capacitação das lideranças negras da região e sensibilizar funcionários da área de saúde para a questão racial. A implementação do centro faz parte de uma das etapas do projeto Direito à Saúde da Mulher Negra, realizado pela ONG Conectas Direitos Humanos em parceria com Geledés.

O encontro quinzenal das PLPs no Centro é o momento ideal para a realização da Roda de Conversa. Neste espaço elas trocam experiências e compartilham as vivências com o trabalho que desenvolvem junto ao hospital e a comunidade. Durante os relatos sobre as histórias das mulheres atendidas, ouve-se o eco das histórias das próprias PLPs, porque muitas delas foram vítimas de situações semelhantes.

Das rodas de conversas, foram destacados três perfis de situações de violência e também os depoimentos de três promotoras, que traduzem alguns momentos dos encontros de intercâmbio e das experiências das mulheres no serviço de atendimento. Além disso, as PLPs falaram sobre os tipos de violências e trocaram opiniões sobre a Lei Maria da Penha e a questão dos homens agressores.

Policiais e evangélicos

As promotoras dizem que o álcool e a droga freqüentemente aparecem como agravantes das situações de violência, mas apontam que há também um número “alarmante” de evangélicas e mulheres de policiais. Elas dizem que o caso de policiais é mais delicado, porque as mulheres têm medo que o marido descubra que estiveram ali, por isso nem pronunciam seus nomes. Não é raro o marido se postar junto da janela do Núcleo de Atendimento e ficar ali, ouvindo o que a mulher está dizendo.

De acordo com as PLPs, são as evangélicas que sofrem mais caladas. Elas chegam totalmente fechadas e quando começam a se abrir, mostram os machucados. Houve o caso de uma jovem de 18 anos, que não tinha marcas no rosto, nas mãos, nem abaixo do joelho, mas nas partes encobertas pela roupa, o corpo estava todo marcado. A jovem contou que o marido era pastor da igreja, o pai dele também... Ele achava que, como o pai agredia a mãe, era assim que se devia agir. É muito comum filho de pai agressor também se tornar um agressor. Ele achava que a mulher devia fazer as coisas que ele queria da forma e no horário que ele desejava. Por exemplo, quando atrasava o jantar, ela apanhava. O pastor a mandava calar, ficar quieta, aceitar, porque é assim que Deus quer que o homem e a mulher, uma vez casados, permaneçam assim até o final da vida, não importando como, não importando o sofrimento. Ele era um homem que não bebia nem usava drogas. As Promotoras relataram que a jovem só esteve no atendimento naquele dia por causa de sua mãe, que não era evangélica e a acompanhou por não suportar mais assistir as agressões à filha. A vítima não voltou mais.

Cadeira de rodas

Há outro caso envolvendo evangélica que continua sem solução e sem que as Promotoras saibam o que fazer. Uma missionária de igreja evangélica, em cadeira de rodas, muito pobre, que disse morar em um cômodo foi ao hospital e contou que vivia com o marido. Ela tem pinos nas pernas porque um dia ele a empurrou e derrubou. A missionária relatou que sofria de ataque epilético, tinha convulsões e que quando estava inconsciente, o marido a estuprava. Ela descobriu o que acontecia porque quando voltava das convulsões sentia dor no ânus. Ela perguntou ao marido por que ele agia assim, que a ameaçou e falou que se aproveitava dos desmaios porque quando ela estava sã não queria fazer sexo e era desta forma que ele mais gostava. A missionária é uma mulher de 32 anos, que teve dez filhos, sendo três perdidos em abortos por causa de agressões. O filho mais velho saiu de casa devido a situação. As PLPs afirmam que ela é uma mulher envelhecida apesar da pouca idade e que, em cada visita ao hospital, realizam uma nova tentativa de convencê-la a agir, pelo menos para salvar os filhos. Na última vez em que a mulher foi atendida na ortopedia, virou o rosto quando foi cumprimentada por uma das PLPs. Mas estas não se intimidam e garantem que, se forem procuradas pela missionária, estarão lá para atendê-la.

Idosos empurrados na escada

O terceiro perfil é de pessoa idosa, uma senhora de 65 anos, que há mais de dez anos sofria agressão de seu único filho. No atendimento da ortopedia, enquanto a funcionária fazia o gesso em seu braço, relatou que o filho a derrubava da escada e que por várias vezes já tinha estado ali enfaixando perna, braço e que abusava dela sexualmente. As PLPs a convidaram a ir até o Núcleo e fizeram um relatório à Promotoria do Idoso. Uma assistente social esteve na casa propondo um acordo, mas o filho não atendia às intimações. A casa onde moravam foi vendida e ela hoje mora em local desconhecido do filho. Esta senhora, que não era alfabetizada, participou da terapia comunitária e começou a estudar no Centro de Referência Casa Cidinha Kopcak.

Outro caso envolvendo mulher idosa e sob acompanhamento das Promotoras Legais é de uma senhora de 86 anos que o filho jogou da escada. Elas dizem que nos casos dos idosos, o agressor é sempre um familiar, o filho, o neto, ou o sobrinho e por isso a família procura preservar aquele agressor. A mulher foi encontrada pela neta caída em casa e ninguém queria socorrê-la porque o filho é muito agressivo. Quando chegou ao hospital, a neta disse que havia sido uma queda acidental, mas era evidente que não era isso. O serviço social do hospital foi chamado e foi explicado à neta que ela deveria fazer uma denúncia ou o hospital a denunciaria. Ela concordou em denunciar o tio, pois já não era a primeira vez que ele fazia isso, porém, a paciente não mais retornou ao Hospital.

Conclusões da Roda

A partir de suas próprias experiências, reforçadas pelas aulas que recebem e os dramas que acompanham, as Promotoras formam conceitos objetivos do que faz um homem agredir uma mulher. “Nós entendemos que violência doméstica é a manifestação de um desejo de dominação e de poder de uma pessoa sobre a outra”, diz uma das PLPs. “A tendência é o homem tentar dominar a mulher e, se ela deixar, ele vai tomar conta dela. Não fosse assim, porque esse homem não bate nos colegas de bar onde bebe, ou desconta com o chefe no trabalho? Ele vai bater na mulher e nos filhos. Vem da rua sorrindo que é uma beleza, do portão para dentro vira o demônio. Mas, se no momento que está agredindo, alguém chegar ao portão, ele já se transforma. Sai sorrindo com os amigos e quando volta, retoma a agressão. Eu conheço esse processo por experiência própria.”

As promotoras sabem de cor e conhecem na pele as chamadas três fases da violência doméstica, listadas nas várias publicações e folhetos dedicados ao assunto. A primeira fase é a de tensão, que se acumula e se manifesta por meio de atritos, insultos e ameaças, muitas vezes recíprocos. A segunda fase é da agressão, já descontrolada, com o agressor atingindo a vítima com empurrões, pontapés e até objetos, como faca e pedaço de ferro. A terceira fase é a da reconciliação – muitas vezes falsa, em que o agressor pede desculpas, fica carinhoso, promete que aqueles episódios não voltarão a acontecer. Esse ciclo, dizem os especialistas e as vítimas, é muito provável que venha a se repetir.

“Muitos dos crimes acontecem nessa fase que nós chamamos de ‘boa’, quando o homem está tentando a volta e acaba dando o bote”, diz outra promotora. “A mulher fica tentada a confiar, porque ama, porque tem os filhos, porque sonha em recomeçar, mas seu orgulho está tão ferido, machucado, que ela diz não. Ele tenta de novo, até que acaba dizendo, ‘se não é minha, não será de mais ninguém’. E acaba matando.” Assim foi com o caso da jovem Eloá – lembra outra promotora. “Quando ele tomou a namorada como refém, nós já sabíamos o que ia acontecer, ele não deixaria ela sair viva dali, não admitia que ela viesse a ficar com outro.” Eloá Pimentel, 15 anos, foi morta pelo ex-namorado depois de mantida refém por cem horas, em Santo André, no ABC paulista, em outubro de 2008.

Lei Maria da Penha

Embora o trabalho das Promotoras vá além da violência doméstica, a Lei Maria da Penha é um dos manuais de uso cotidiano para elas. “Fazemos com que as mulheres fiquem sabendo, por exemplo, que a violência psicológica, sexual, patrimonial, moral, e não somente a física, são tipificadas como violência doméstica. Que a autoridade policial pode prender o agressor em flagrante sempre que houver qualquer dessas formas de violência. E que o juiz pode decretar prisão preventiva quando houver riscos à integridade física ou psicológica da mulher, além de conceder medidas de urgência para protegê-las, como afastamento do agressor e distanciamento do lar” diz uma das promotoras.

“As mulheres sempre perguntam se o marido será preso, pois elas querem preservar o companheiro”, informa outra PLP. “A gente explica que agora a violência contra a mulher, em qualquer de suas formas, não pode mais ser ‘paga’ com cesta básica. Se ele for preso em flagrante, o delegado vai ouvi-lo e se o processo for para o Ministério Público e o juiz entender que ele deve ser preso, ele será preso.”

As mulheres são informadas também que agora não podem mais retirar a queixa na delegacia, apenas diante do juiz. “Retirar a queixa só aumentava a violência, a cada nova queixa a mulher era mais desrespeitada. Chega uma hora que o delegado nem dá mais atenção”, completa a PLP.

Homens agressores

As Promotoras que participam da roda de conversa chegam a ser unânimes quando vêm à tona a questão da formação de grupos de conscientização e responsabilização para homens agressores, como prevê a própria Lei Maria da Penha. “Eles também precisam de um tratamento, de uma atenção, porque vêm de uma cultura machista, têm um histórico de agressão na família, já viram a mãe apanhar, a irmã apanhar, acham que o machismo e a violência são normais”, diz uma. “Se você for ver o passado de um agressor, você encontrará na família alguém que já agrediu ou foi agredida”, diz uma delas.

Embora concordem que os homens precisem de cuidados, as Promotoras acham que eles devem lutar para essas conquistas. “Algumas ONGs defendem que as organizações de mulheres colaborem nesse sentido. Nós lutamos pelos nossos direitos, eles que lutem pelos deles”, completam.

Uma pesquisa realizada pelos Institutos Patrícia Galvão, Ibope e Avon, no início de 2009, mostrou que apenas 11% dos entrevistados acham que os homens devem ser encaminhados para grupos de responsabilização. Outros 56% defendem pena de prisão.

No Brasil, já há dezenas desses grupos em andamento ou formação. O Ministério Público tem sido um dos defensores dessa proposta e vem cobrando do Poder Executivo a realização desse programa, já que está previsto na Lei Maria da Penha.

Depoimento 1

“Por que você não cai fora?”

Mônica Uchoa, 41 anos, é a coordenadora do Centro de Direitos Humanos, voltado para denúncias de discriminação racial nos serviços de saúde. Mas o Centro recebe muitas mulheres em situação de violência, que chegam ali para desabafar, pedir ajuda, informação e orientação. Mônica fez o curso de PLPs em 2008 e agora é quem está no papel de fortalecer outras mulheres que a procuram e contam o que não revelariam a mais ninguém, a violência que estão sofrendo, porque sabem que outras mulheres não as entenderiam.

“Algumas vêm aqui para conhecer a casa e acabam se abrindo. Nesses momentos, minha formação e o fato de ter sido agredida por 23 anos, criam uma identificação entre nós. Sei que essas mulheres temem a pergunta que muita gente já fez para mim: ‘como é possível suportar tantos anos de violência, conceber e criar filhos com o mesmo homem, sem cair fora?’ A mulher vítima de violência precisa de apoio, não de alguém que faça julgamentos. Mas na maioria dos casos escuta frases como: ‘Você está nessa vida porque quer, apanha porque quer.’ Nunca diga isso a uma mulher que está sofrendo violência. Ouvir isso dói mais do que ser agredida fisicamente. Você se sente a pior de todas as pessoas.

Hoje eu sei bem o que está sentindo uma mulher vítima de violência que me procura, sei o que elas querem ouvir naquela hora. Muitas vezes, num primeiro momento, a delegacia não é o caminho, porque é uma mulher que ainda está muito fragilizada e deve primeiro se fortalecer.

Quem me conheceu anos atrás, diz que não me reconhece agora como a mesma mulher. Antes eu estava sempre de cabeça baixa e com semblante de sofrimento, que eram as marcas de um casamento de agressões. Hoje minhas amigas dizem que mudei até fisicamente, porque elas nunca tinham me visto sorrir. Para chegar a essa transformação foi preciso passar pelo curso de PLPs e contar com a ajuda da Casa Cidinha Kopcak, um centro de referência para a mulher vítima de violência em São Mateus.

Refém da violência

Fiquei casada por 23 anos, estamos separados há dois anos e meio. Tenho sete filhos, tínhamos nossas obrigações de casal e aí vêm os filhos. Para os outros parecia uma relação estável, muita gente pergunta até hoje, ‘a senhora sofria violência e teve esse monte de filhos?’ A gente está presa em casa, não procura assistência médica devido ao medo e à violência que sofre. A mulher é usada de todos os jeitos.

Depoimento 1

Sofri violência desde o primeiro ano...Violência física, moral, psicológica, material. Ele controlava as necessidades da casa, trabalhava, administrava e dizia como deviam ser as coisas. Eu era dona de casa, ele caminhoneiro. À medida que os filhos foram crescendo, viam essa agressão e falavam a favor da mãe. Mas ele dizia que os filhos não tinham o direito de interferir, porque a relação era entre nós, marido e mulher. E ficava ainda mais violento, agredindo os filhos também.

Ele me batia quando ficava nervoso, quando bebia, quando sentia vontade, qualquer vontade que tivesse e não fosse satisfeita, ele me batia. Sempre me ameaçava de morte. Tinha um facão em casa e ele, quando estava muito agitado, fechava todas as portas e dizia que eu só sairia de casa morta. Os vizinhos ouviam, presenciavam, mas não interferiam. As crianças assistiam e eu trabalhei muito isso com eles, 'papai está nervoso, a gente brigou, mas vai ficar tudo bem', para que eles não levassem isso para as suas vidas, tinha medo que essa violência passasse para eles.

Muitas vezes eu denunciei e retirei a queixa porque tinha que voltar para casa, olhar para a cara daquela pessoa que estava ali. E tinha sempre as ameaças, eu dependia dele também emocionalmente. É a dependência financeira, a dependência emocional, e tem o amor materno, que é o pior dos amores.

Eu só consegui forças quando a situação de risco chegou ao limite. A delegada alertou, 'sai de casa porque ele vai te matar'. Todos os indícios mostravam que era uma questão de dias, eram as drogas, os filhos revoltados. O facão que ele deixava sempre à mão. Ele já não trabalhava, eu estava entre me entregar e morrer, ou reagir. Nessa hora você nem pensa que existe a expectativa de uma vida melhor, porque nada em volta de você é bom. Mas eu consegui forças e saí daquilo.

Depoimento 1

Hora da saída!

Eu estava alerta, em busca de ajuda, mas não tinha mais forças para procurar uma delegacia. Eu descobri que esse não era o caminho, não era onde encontraria um apoio, faltavam pessoas que me compreendessem. Digo que a separação começou quando comecei a participar dos grupos da Casa Cidinha Kopcak e então, vi que tinha uma saída. Cheguei até lá por uma nota que li numa revista. Na mesma época eu também conheci as PLPs do Geledés.

Se tivesse conhecido essas mulheres lá atrás, com certeza não teriam sido 23 anos de agressões, porque no curso você tem contato com pessoas que viveram essa situação. Só quando realmente eu me fortaleci, foi que eu consegui me separar.

Isso que estou contando eu escuto de muitas mulheres que procuram o Centro. Quando ouvem minha história, parece que se confortam, porque os relatos se repetem. E elas perguntam, 'mas você parece tão bem?'. E digo, 'é porque procurei ajuda, se você quer ajuda, depende de você'. Para algumas, ainda não chegou a hora, não chegou o limite delas, para mudarem tudo e começarem sozinha."



Depoimento 2

A paralisia do medo

Juciara Almeida Souza, 51 anos, já trabalhava no Hospital Geral de São Mateus como auxiliar administrativa quando foi convidada a fazer o curso que aconteceu no anfiteatro da instituição em 2004 e 2005. Como Mônica, ela traz uma experiência de muita violência e, em meio aos elogios que faz ao curso, mostra-se uma das mais animadas do grupo. Tanto que atualmente é uma das coordenadoras do Projeto PLPs de Geledés.

“Sofri violência durante 13 anos, me casei quando tinha 18, com um príncipe que virou sapo muito rápido. O primeiro tapa no rosto eu levei quando tinha 3 meses de casada, foi por ciúmes. Eu quis voltar para a casa da minha mãe porque não queria mais ficar casada, mas a mãe não concordou, ‘minha filha, não é assim não, isso não vai acontecer mais’. Retornei para casa e depois de meses tudo recomeçou e aconteceu muitas vezes mais e começaram as separações. E ele sempre queria uma volta.

Sempre que me separava eu voltava para a casa da minha mãe e aí ele parava de beber, porque o problema era sempre o álcool... foi a “kátia” (cachaça) que acabou com minha vida. Quando ele ficava meses sem beber, aparecia elegante, cheio de promessas e eu caía na conversa dele. E ainda tinha os três filhos, as dificuldades financeiras. Logo acabava a lua de mel e as ameaças voltavam.

As ameaças eram feitas com uma faca, eu já estive várias vezes com a faca no meu pescoço. Já peguei ele dormindo com a faca embaixo do travesseiro. E tem uma humilhação maior para uma mulher do que fazer sexo sem querer? Era obrigada a fazer, porque se não fizesse, morria. Aprendi a levar a sério as ameaças. Quando ele diz que vai te matar, você não acredita, pensa que cachorro que late não morde, mas morde sim. E um dia ele te mata. Para mim, o medo é que imobiliza e paralisa a vítima.

Um dia ele perdeu o emprego e nem com ajuda econômica eu contava mais. Eu trabalhava de diarista, de segunda a sábado, sustentava meus filhos assim. Nesse período passei num concurso público e criei coragem para participar de um mutirão para construção de casas, foi na época da prefeita Luiza Erundina. Eu sozinha capinei o terreno e junto com outras pessoas, levantei um cômodo da minha casa. E o meu marido só bebia, eu não contava com ninguém. Um dia ele chegou bêbado, querendo comida e desta vez, eu reagi.

Depoimento 2

Estava fechada em um cômodo cheio de ferramentas: picareta, enxada, facão, estava tudo ali no canto. Quando eu resolvi partir para cima, ele pegou uma picareta e disse que ia me matar... A situação era ou eu o matava ou morria. O medo foi embora naquele momento em que o enfrentei, acabei dominando a situação e colocando ele para fora. Só pedi ao meu filho mais velho que juntasse as roupinhas dos três e fomos para a casa da minha irmã, nunca mais voltei ali.

Eu já tinha perdido tudo, só faltava perder a minha dignidade, porque eu não tinha mais vontade de trabalhar. Eu saía para o trabalho e tinha medo do que iria acontecer com meus filhos sozinhos em casa, eles eram ainda meninos. Ele vinha atrás de mim na porta do hospital, chegava na recepção e pedia para me chamar e me mostrava uma faca na frente das pessoas.

Eu tive que mudar de casa e de bairro várias vezes, ele sempre descobria e aparecia e eu mudava de novo. Fui morar no Carrãozinho, quando o bairro estava começando ainda, a gente andava 20 minutos para comprar um pão.

Chega uma hora, vai indo, vai indo e você vê que é tudo ou nada. E foi esse o momento quando eu avancei sobre ele, eu poderia ter morrido, mas a partir desse dia eu não tive mais medo.

A vergonha é para quem bate

A minha história teve uma boa solução, mas sei que é muito difícil sair dessa situação de violência sem uma ajuda profissional. Antigamente não tínhamos isso. Não tinha lei Maria da Penha, não tinha delegacia da mulher, a primeira foi aberta só em 1984. Antes a gente ia na delegacia e o delegado colocava na nossa mão uma intimação para você entregar para o agressor. Quem tinha coragem de fazer isso? Eu até hoje tenho uma intimação guardada. E além da lei, tem os profissionais como psicólogos, assistentes sociais, tem a Defensoria Pública, o Centro de Referência, têm abrigos e tem o Núcleo de Promotoras Legais, como neste Hospital.

Eu tinha uma mágoa dentro do peito, sempre chorava quando falava, quando ouvia uma história de agressão ou via uma agressão. Aí comecei a falar e a perder o medo e a vergonha de dizer que fui agredida um dia. Hoje, para mim, vergonha é para quem bate, não para quem apanha. Ele é quem precisa ser denunciado, porque nenhum homem vai querer que seus amigos fiquem no bar dizendo que ele bate na mulher.

Depoimento 2

Falar dá uma sensação de grande alívio. Às vezes eu atendo uma mulher e vou ao banheiro e choro, mas é um momento gratificante, porque você está podendo ajudar uma pessoa, dizendo a ela o que você já viveu. É como uma mãe dando conselho para uma filha, dando colo. Você olha para os olhos dela e ela está ali carente, mas ela sai dali com um semblante diferente. Tudo o que ela precisava naquele momento você deu. Eu aprendi a não dizer para elas 'você precisa fazer isso ou aquilo, o caminho é esse'. Eu não digo o que ela precisa fazer, digo, 'pense com calma, esfrie a cabeça, você vai encontrar o que é melhor pra você'. Porque hoje há muitas maneiras de ajudá-la e dela se ajudar. Nós podemos encaminhá-la diretamente para um abrigo, que não será igual a sua casa, a sua cama, mas é o lugar em que ela poderá colocar as ideias no lugar, em que não corre o risco de ser morta."

Depoimento 3

Submissão e silêncio, nunca mais

Miriam de Oliveira Rocha Menezes, 42 anos, trabalhava antes em uma creche do Estado, transferiu-se para o hospital e, depois do curso de PLPs, foi convidada a fazer parte do Núcleo de Promotoras do Hospital Geral São Mateus.

“Tive uma tia que bebia muito e o filho dela também. Um dia eles brigaram por uma garrafa de pinga e ele acabou matando-a a pauladas. Hoje estou certa que se na época já tivesse feito o curso, eu poderia ter evitado essa tragédia, poderia ter ajudado. A gente achava que devia se calar e hoje vejo que não é mais um problema só da família, do casal. Agora, se eu puder interferir, vou interferir...

Eu tenho três filhos adolescentes e quando comecei o curso de PLPs me achava a pior das mulheres, nunca tinha falado em grupo, eu nem conversava, até que um dia me vi pegando o microfone. Eu não vivi a agressão física, mas nunca pude fazer ou falar o que queria.

Coisas que eu suportei no passado, hoje não suporto mais. Se quero fazer alguma coisa, eu faço. Minha criação foi assim, casou deve obedecer ao esposo, e eu fui me fechando. Hoje é diferente. Esse final de semana fui para um congresso no Rio, e o meu marido disse, ‘como assim, aonde você vai?’, eu disse, já fui. Meu marido é costureiro e está tendo que se adaptar comigo. Eu digo, ou você me segue, ou você fica... Voltar ao que era antigamente, nunca mais.

Ouvir é essencial

Quando a mulher chega aqui no hospital e informa que sofreu agressão, nós a acompanhamos na consulta e em seguida a convidamos para vir ao núcleo de atendimento para que relate sua queixa. Daqui, se desejar, vai ser encaminhada e acompanhada, dependendo do caso, a Delegacia da Mulher, a Delegacia comum, Delegacia do idoso ou para a Vara da Criança e do Adolescente, porque o Núcleo atende também esses segmentos.

A gente deixa que ela se recupere um pouco, que ponha todas as mágoas para fora, depois a Promotora começa a dar as orientações para que ela procure a delegacia, faça o boletim de ocorrência, e de lá siga para o Instituto Médico Legal para fazer o exame de corpo de delito. É outro momento em que ela vai se sentir sozinha. Nós temos reclamações de mulheres que ficaram esperando por horas na delegacia e que foram tratadas com descaso.

Depoimento 3

Mas esse é o momento dela. Quando ela registra o boletim de ocorrência, é o momento de assumir a sua vida, ela já sabe que tem com quem contar, mas a decisão será dela, de ir em frente ou esperar.

Como promotoras, nós também circulamos pelos vários espaços de atendimento do hospital e o tempo nos ensinou a ver as pacientes com outros olhos. Quando você nota no Pronto-Socorro uma mulher meio desconfiada, de cabeça baixa, triste e você pergunta algo para ela e é o homem quem responde, pode estar certa que é um caso que precisa de atenção.

Às vezes é preciso levar a mulher para um canto para ouvir dela se quer ou precisa de alguma ajuda. Mesmo assustadas, as mulheres acabam ouvindo a orientação. Teve o caso de uma paciente que chegou com o olho bem roxo. Eu me aproximei para conversar e ela disse que estava andando na rua e uma lixeira bateu no seu rosto, o que, é claro, não era verdade. Eu disse para ela e para a pessoa que a acompanhava: 'Vamos fazer o seguinte, no dia em que essa lixeira bater de novo no seu rosto, volte que estamos aqui para cuidar de você'. E dei a ela meu cartão. Foi uma sementinha, pode ser que um dia ela tome uma atitude.

Nosso trabalho é lento, como de formiguinhas, de 20 mulheres que atendemos, se duas saírem dessa situação de violência, já é uma vitória. Nós atendemos em média de 30 a 35 mulheres por mês. Muitas vêm pedir orientação, não querem denunciar o marido, mas querem ser orientadas."

Promotoras Legais Populares como instrumentos de justiça e democracia

Em entrevista para o Geledés, a Promotora de Justiça Dra. Eliana Faleiros Vendramini Carneiro, que coordena os cursos de PLPs pelo Ministério Público Democrático, fala sobre o papel das promotoras na operação dos Direitos: “Elas já estão mudando o mundo para melhor. Embora falte reconhecimento, essas mulheres representam uma força cada vez mais presente.”

A promotora de Justiça Criminal Dra. Eliana Faleiros Vendramini acredita que as PLP’s estão contribuindo para que o Judiciário mude sua maneira de pensar com relação à proteção da mulher. Eliana faz parte do grupo de combate ao crime organizado no ABCD paulista e, por iniciativa própria, atua com a questão da violência doméstica. Faz parte da ONG “Fala Mulher”, da organização Ministério Público Democrático, uma das entidades coordenadoras estaduais do curso de Promotoras Legais Populares. Como representante da coordenação dos cursos de PLPs, do Ministério Público Democrático, ela está sendo convidada para, no próximo ano, também dar sua aula nos cursos promovidos pelo Geledés – Instituto da Mulher Negra na região leste da cidade.

“As mulheres são muito bem preparadas e não têm medo de falar na cara da autoridade quando acompanham uma vítima que não está sendo tratada de acordo com a lei”, diz Eliana. “Têm essa coragem porque, ao mesmo tempo que não são pagas nem reconhecidas, a força da ideologia é tão grande que elas não têm receio de nada. Pode o Delegado fazer o que fizer, que elas não saem dali.” (olho da entrevista)

Geledés – De que maneira as Promotoras Legais Populares podem contribuir para que o Judiciário mude sua maneira de pensar?

Eliana – Acho que ele está sendo obrigado a mudar. Porque, em geral, a ação de uma PLP começa na delegacia, onde é feito o boletim de ocorrência. A presença dessa PLP vai impulsionar um B.O. bem feito ou mesmo uma medida de proteção, se for o caso. O promotor acaba analisando essa medida que, por sua vez, chegará ao juiz, que é quem deve decidir. Então foi também graças às PLPs lá atrás que o processo seguiu corretamente e as medidas necessárias foram adotadas. Nós constatamos que na maioria das vezes a violência era silenciada, camuflada de certa forma, e com essa verbalização mais técnica, a autoridade é obrigada a decidir. O juiz fica de mãos atadas, ele não pode dizer, ‘eu não reconheço isso aqui’. Então a engrenagem vai recebendo óleo e isso vai melhorando. Na minha promotoria, eu mesma já recebi pedido direto de medida protetiva, porque na delegacia não tinha sido

feito. É uma luta que está mudando, eu percebo isso. Falta só colocar as pessoas certas, vocacionadas, nos locais certos. Não adianta colocar um juiz totalmente descrente nessa Justiça para trabalhar no Juizado Especial da Mulher.

Geledés - Os cursos para as Promotoras Populares estão indo além das questões de violência doméstica?

Eliana – O que no Brasil nós denominamos de Promotoras Legais Populares nada mais é que toda e qualquer cidadã que faz um curso de um ano, com várias vertentes, jurídica, sociológica, antropológica, com enfoques amplos em como tratar de saúde, lidar com o racismo, com a questão de gênero, meio ambiente, enfim, os direitos humanos em geral. Ao se formarem, essas mulheres conseguem multiplicar as informações para uma comunidade menor, como um bairro, o grupo do qual faz parte e assim por diante. Os cursos dos quais faço parte têm o apoio da Secretaria da Justiça, do Ministério Público Democrático, da Defensoria Pública, do IBAP - Instituto Brasileiro de Advocacia Pública, além da coordenação da União de Mulheres. Mas ainda não têm um espaço próprio, nem a visibilidade social que mereciam. Os cursos contam com professores excepcionais, em várias áreas, todos voluntários, por isso vamos muito além da questão jurídica, contamos com antropólogos e até com professores que falam da importância do aleitamento materno. São pessoas que perceberam que sem a educação popular, o nosso próprio mundo não será melhor. É um curso de qualidade!

Geledés – As Promotoras Legais Populares seguem o curso durante um ano. Não há o risco delas se dispersarem?

Eliana -- Eu tenho contato direto com muitas delas. Algumas vestiram a camisa, embora não sejam pagas, mas o trabalho tem um retorno ideológico muito maior para elas. Elas também ainda não estão reconhecidas. Mas quando chegam na delegacia acompanhadas de uma vítima e dizem, 'eu sou promotora legal popular, eu conheço a lei', na maioria das vezes, os delegados, bravos, acabam percebendo que podem ter problemas, porque poderão ser chamados pela Corregedoria deles, se a PLP fizer uma reclamação formal. E elas estão orientadas nesse sentido. Se o profissional que está ali não é bom, você recorre a um órgão que o correcione. Elas sabem disso. Sabem e apostam nisso. Falam na cara da autoridade. Porque ao mesmo tempo que elas não são reconhecidas e não são pagas, a força da ideologia é tão grande que elas também não têm medo de nada. Então pode o delegado fazer o que fizer, que elas também não saem dali. Estamos diante de um movimento de educação popular muito interessante. Na verdade, é uma raiz que você

planta. Muitas delas estão em contato permanente umas com as outras, ligam para os professores e professoras, elas estão sempre receptivas, porque nosso trabalho é voluntário. E essas mulheres são muito fortes. No Estado de São Paulo são mais de quatro mil mulheres formadas, pelo menos mil estão atuando de fato. Eu imagino o poder dessa força daqui a alguns anos, é muito forte, muito.

Geledés - Como a senhora vê a questão da Lei Maria da Penha. Há de fato uma resistência ou se trata apenas de uma falta de compreensão por parte da/os operadora/es do direito?

Eliana – A mudança de olhar, na medida em que ela é social, é também dos cidadãos que trabalham na Justiça. O que faz com que enfrentemos embates não esperados, porque são pessoas preparadas para a dialética. Temos embates sérios juntos a promotora/es, juíza/es, delegada/os. Estes últimos são ainda mais difíceis, porque são a porta da frente da vítima e precisam operacionalizar a lei. Se a lei diz que existe medida protetiva de urgência e há momento em que esta é a única forma de proteger

a mulher, então precisa viabilizar esse pedido na delegacia e fazer chegar até o promotor. Se a lei diz que não pode fazer acordo antes do processo, não cabe fazer acordo antes do processo. Porque se fizer, já sabemos, é o tipo da violência que vai voltar. Porque a violência tem um ciclo próprio, no sentido de perdoar e depois permanecer como vítima. Por isso eu vejo o Judiciário brasileiro ainda transigindo com coisas intransigíveis, mais por uma questão cultural. Não é só porque são pessoas estudadas que elas mudam sua opinião de um dia para noite. Nós vimos sentença em que o juiz teve coragem de dizer que “o mundo é masculino, a começar por Deus e Jesus, e que a mulher é a desgraça da humanidade”. Ele escreveu isso numa sentença. Isso é muito grave e mostra o tamanho desse embate. Eu senti uma resistência maior em 2006, depois nos anos seguintes foi melhorando muito. Certamente porque aumentou o número de palestras e congressos que participamos, teve também o encontro anual das PLPs em Brasília.

“O Judiciário brasileiro ainda está transigindo com coisas intransigíveis, mais por uma questão cultural.”

Geledés – Já se pode dizer que a lei está provocando mudanças?

Eliana - Algumas pessoas, seja por vontade de mudar de visão, seja por receio da reação popular, passaram a respeitar mais a lei. Mas ainda não é o ideal. Nós temos brigado muito, em primeiro lugar nas delegacias, que é onde o reclamo se inicia. Já tivemos um ganho importante em São Paulo com a criação do Juizado Especial da Mulher na Barra Funda. É no mínimo um sinal de que o Tribunal nos escutou. Meu medo é que esse juizado acabe como o Juizado Especial Criminal piloto da Barra Funda, onde jogaram tudo para lá, ficou assoberbado e não andava. Mas o Juizado Especial da Mulher é muito importante, muito mais do que o Juizado Especial Criminal porque ele depende de uma equipe interdisciplinar. Eu sempre digo que uma psicóloga e uma assistente social é que vão nos dizer se há violência psicológica, porque as marcas não são tão visíveis quanto às da violência física, embora possam ser gravíssimas, como uma depressão. Mas a tendência é dizer que a vítima tem depressão porque é 'maluca', porque já era estressada. E no fundo a gente sabe que esse não foi o caminho daquela mulher, que ela pode ter tido depressão por violência psicológica. Eu vejo nesse conjunto de fatos um sinal interessante do Poder Judiciário, mas, como em qualquer matéria, nós vamos precisar de juiz vocacionado, promotor vocacionado e delegados preparados com equipe preparada. Porque a Secretaria da Segurança Pública não tem feito cursos para preparar os seus profissionais. A mulher chega lá, eles dão risada, 'vai resolver com seu marido'. Ou então fica na fila depois de um estupro... Essa é a segunda violência. E essa porta de entrada ainda está terrível. Eu trabalho numa ONG como cidadã, a "Fala Mulher", que atende violência doméstica e prostituição. Não raro, para não dizer em todas as vezes, a vítima vai para a delegacia e não se faz o B.O. decentemente. Se for acompanhada de um/a advogada/o da ONG, aí é feito. Isso significa que vamos precisar sempre de um/a advogada/o de plantão? É muito triste.

Saudação à turma Sueli Carneiro de PLPs

CAPÍTULO 07

Sueli Carneiro, coordenadora executiva do Geledés, homenageada pela turma de PLPs, fez essa saudação na formatura da turma.

Embora a saudação tenha sido feita àquela turma, ela pode ser estendida a todas as turmas de PLPs: que se formaram, que estão em processo de formação e que se formarão no futuro.

Tive o privilégio de estar na aula inaugural dessa turma e tenho agora privilégio maior ainda de estar aqui, no momento da formatura e a honra de dar o nome à essa turma, a formação de mais uma turma de promotoras legais populares. Um projeto do Geledés Instituto da Mulher Negra que tem por objetivo fundamental o empoderamento das mulheres.

Como sabemos, Informação é poder. E conhecimento sobre os seus direitos é uma das formas mais eficazes de empoderamento. Por isso, por longo tempo, as mulheres foram excluídas do direito de conhecer, de aprender, de se instruir.

Machismo, racismo, classismo são crimes contra a igualdade e a serviço da perpetuação de privilégios que fazem com que o máximo de cidadania e respeito aos direitos humanos só possa ser desfrutado pelo indivíduo que atender a quatro características básicas: seja branco, macho, rico e heterossexual, como costuma dizer a feminista Helleyeth Safiotti.

Daí a importância desse curso Promotoras Legais Populares – Capacitação de Lideranças Femininas Comunitárias, que tem por objetivo a capacitação legal de lideranças comunitárias femininas em direitos humanos e das mulheres, no sentido de multiplicar informações nesses temas; instrumentalizar e fortalecer a busca da cidadania e acesso à justiça.

Este projeto se insere no contexto do Programa de Direitos Humanos do Geledés – Instituto da Mulher Negra que tem por objetivo proteger, assegurar e expandir os direitos básicos de cidadania das mulheres negras e tem conseguido resultados históricos, tanto na assistência jurídica quanto na capacitação de pessoas na luta contra o racismo e o sexismo.

A experiência já desenvolvida com a primeira turma de Promotoras Legais Populares pelo Geledés demonstra que esse Projeto torna as mulheres capazes de desenvolver ações organizadas no sentido de cobrar a rede de serviços básicos para a sua comunidade, tais como:

postos de saúde, escolas, creches e ainda fortalecer as mulheres da comunidade para agirem contra a violência doméstica e sexual, buscando a proteção dos seus direitos.

Vocês passaram por temas como:

I. Direitos Humanos e Organização do Estado:

II. Direito das Mulheres: os direitos das mulheres são direitos humanos: leis, convenções, tratados.

a. Garantia dos Direitos da Mulheres no Âmbito Familiar: relações familiares, procedimentos relativos ao direito de família: ação de alimentos, separação judicial, divórcio, dissolução de união estável, guarda de filhos, investigação de

b. paternidade, Estatuto da Criança e do Adolescente.

c. Garantia dos Direitos das Mulheres em Situação de Violência: procedimentos jurídicos para mulheres vítimas de violência, encaminhamentos, as diversas facetas da violência

d. Discriminação Racial e Preconceito.

e. Direitos Sexuais e Reprodutivos: planejamento familiar, aborto, mortalidade materna e questões referentes à saúde reprodutiva da mulher.

III. Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

IV. Direitos Trabalhistas: legislação trabalhista, com ênfase na condição de igualdade nas relações de trabalho.

V. Trabalho e Geração de Renda.

Os cursos anteriores nos revelaram lideranças femininas em direitos humanos e direitos das mulheres que hoje atuam como educadoras, agentes de cidadania e tem colaborado na solução de inúmeras questões que até então supunham depender da ação de um advogado como: Ações nos Juizados Especiais; aposentadoria e pensão junto ao INSS; seguro por morte, entre outras.

É isso o que esperamos que realize essa turma. Tornar cada uma de vocês um instrumento de escuta, orientação, libertação e empoderamento de outras mulheres.

Na nossa tradição, as mulheres negras têm o papel de guardiãs de nossas comunidades. Essas guardiãs são chamadas na tradição yoruba de Ialodês. Sobre elas, assim fala a feminista negra Jurema Werneck:

“para que a vida permaneça, para que o axé permaneça e se multiplique é preciso que eu me supere sempre, buscando o melhor de mim. E de todos.

Ialodê era, entre os iorubas, a representante das mulheres, uma líder comunitária que tinha como função zelar para que os interesses das mulheres e de toda comunidade fossem atendidos.

Nos dias de hoje, outras mulheres possuem esta mesma tarefa. Somos quem zela pela comunidade, pela família, pelas crianças, que cuida dos doentes. Refazer trajetórias éticas significa também buscar a autoproteção, a proteção de nossas crianças e de toda a comunidade¹.

Herdamos o axé de ser o que somos.

E o legado que deixaremos para o futuro é fundamentalmente uma decisão nossa. A escolha é de cada uma de nós.

Tenho certeza que esse curso enriqueceu a todas, aumentou o poder, o axé de cada uma em benefício de todas nós e todos os nossos.

Axé!

1 Werneck, Jurema. O desafio das IALODÊS: Mulheres Negras e a Epidemia de HIV/AIDS. P. 102. In O livro da Saúde das Mulheres Negras – nossos passos vêm de longe. Orgs: Werneck, Jurema; Mendonça, Maisa; White Evelyn C. Rio de Janeiro: Pallas: Criola,

Colcha de Retalhos

CAPÍTULO 08

O relato das mais de 400 Promotoras Legais Populares, formadas pelo Geledés, da mesma forma que as milhares de outras capacitadas por outras ONGs em todo Brasil, encheria muitos cadernos. Somente algumas puderam ser ouvidas e um pouco do que relataram está escrito nesta publicação. Por isso os textos precisam ser lidos não como atuações individuais ou de determinado grupo, mas como ações de um contingente de militantes negras e não negras que está dando as mãos não só em volta de uma nação, mas em torno do conjunto de nações – porque a discriminação e a violência contra as mulheres não têm fronteiras e, em cada cultura, se esconde em diferentes camuflagens.

Emoções como a primeira viagem de avião e o olhar de estrangeiros em cujos países as mulheres são ainda mais humilhadas fazem parte desses relatos. Fechamos a publicação com trechos das falas de algumas dessas mulheres guerreiras, entre tantas outras que compõem nossa colcha de retalhos, aquela lembrança feita a mão por pessoa muito querida e que levamos vida afora:

“Uma surpresa de Deus, eu viajar de avião”

“Tudo o que vi e aprendi daria um livro. Visitei um quilombo, coisa que eu achava que não existia mais. Li nos livros de história, mas nos livros a gente não acredita muito. Tive a chance de ir a Brasília, no encontro das Promotoras Legais, nunca soube o que era um congresso, nunca achei que pudesse falar com as autoridades ali presentes. Eu viajei de avião, coisa que eu jamais supus que pudesse acontecer. Eu Iracema, dona de casa, negra funcionária pública, nem imaginava que Deus iria fazer esta surpresa pra mim. Repassei para meus filhos a Lei Maria da Penha que agora está sendo mais divulgada, falei da saúde de nós negros, os professores que tivemos, sempre trazendo novidades e surpresas. Aprendemos a usar o computador, até ouvimos a senhora Ellen Snortlan, (norte americana, ativista e instrutora de defesa pessoal, autora do livro: A Bela Morde a Fera - Despertando a Guerreira em Meninas e Mulheres, IDEL, 2008, 1ª edição), que nos deu aula de autodefesa e abriu nossos olhos para a violência contra criança. Quando a gente achava que já tinha visto e aprendido tudo, vem essa mulher maravilhosa. Só tenho a agradecer a toda a diretoria do Geledés e pedir a este amado Deus dar a todo mundo aqui muitas bênçãos, amor, proteção e tudo de bom. Eu sou Iracema Izidoro Vargem, muito obrigado.”

“Aprendi a olhar em volta de mim”

“Demorei muito para me convencer da importância do curso, eu sou solteira, parece que nada de violento ocorria em torno de mim. Mas o curso foi me abrindo os olhos, percebi que eu era uma pessoa fechada, cheia de insegurança. Foi lendo a lei Maria da Penha que descobri muita coisa que não percebia. Eu anotei todas as aulas, eram lições que nunca tinha tido, os palestrantes eram ótimos. Eu fiquei mais crítica, mais observadora, passei a observar injustiças ao meu redor que antes não percebia, mesmo no contato com os familiares. Aprendi a não ficar quieta, perguntar sempre. Passei pela seguinte situação - meu irmão teve o cartão clonado, fui com ele à delegacia e lá o escrivão disse que não lavraria o Boletim de Ocorrência e que ele deveria se dirigir ao banco. Eu insisti com o escrivão que o banco iria exigir o B.O., ele permaneceu irredutível e eu também. Vendo que eu não desistia ele perguntou se eu era advogada, eu respondi que não mas era Promotora Legal Popular; então ele me mandou sentar e lavrou o B.O. Eu me senti uma autoridade, eu acabava de exercer um direito que era meu, me emocionei. Meus caminhos agora estão sempre abertos para novos conhecimento e aprendizagem. Eu sou Ana Cristina Puertas, participante do 7º curso de PLPs do Geledés.”

“Quem pode tem que fazer sua parte”

“Eu vivo atenta ao que acontece no bairro e aprendi a não ficar quieta. Sempre que tenho uma reclamação a fazer, vou lá na subprefeitura e faço um ofício. Reclamei na semana passada do lixo no rio e ontem eles vieram limpar. Aprendi a ‘exigir’ meus direitos no curso de saúde que fiz na escola técnica, nas aulas das PLPs e na vivência como liderança do bairro. Há pouco tempo, eu entrei num ônibus com uma senhora bastante idosa amparada por uma bengala e não havia lugares vazios. Um rapaz ocupava o banco reservado para deficientes e idosos, mas a plaquinha estava arrancada. Quando o moço nos viu, fingiu que estava dormindo, mas eu disse a ele que deveria dar o lugar àquela senhora. Ele ficou furioso, dizendo que não havia placa de reservado e que tinha esperado quatro horas na fila do ônibus. Levantou contrariado, dizendo palavrões. Achei que ele ia me bater, mas como também uso bengala, levantei contra ele e ele se foi. Antes do curso de PLP eu não tomaria a atitude que tomei no ônibus. Agora, se for preciso brigar por um direito, vou até na delegacia. As coisas mudaram também lá em casa, eu vivia ‘a serviço’ dos sobrinhos já adolescentes, que em casa nada faziam e ainda exigiam comida pronta e cama arrumada. Um dia eu dei um basta e disse: ‘Vocês têm braços, pernas e mãos, sabem abrir a geladeira e acender o fogão. Vão lá e preparem o que comer. Quem pode fazer, tem que fazer a sua parte’. É isso que estou aprendendo.” Nilma Maceno dos Santos, 47 anos, 8ª turma do curso de Promotoras em Cidade Tiradentes.

Prontuário de maus tratos e humilhações

As Promotoras Legais Populares, que recebem mulheres vítimas de agressão no Núcleo de Atendimento do Hospital Geral de São Mateus, preenchem uma ficha com um pequeno resumo de cada caso. São mais de 30 por mês, todas chamadas de “clientes” e identificadas nesse texto apenas por iniciais. Abaixo, alguns trechos dessas anotações recolhidos ao acaso, os nomes são fictícios para preservar a identidade da clientela:

“A cliente Maria 1, 25 anos, negra fez o seguinte relato: o companheiro a agrediu com uma tesoura fazendo um corte em seu rosto, empurrou-a em cima do fogão que estava aceso, queimando seus cabelos, na presença da filha menor. A polícia foi chamada e ele conseguiu fugir levando algumas roupas dela, outras ele cortou com a tesoura. Motivo: ciúmes. Segundo a mãe da vítima, na noite anterior ele havia dito para ela que iria dar um presente do dia das mães, que seria sua filha dentro de um caixão. Ela não acreditou, ele quase conseguiu.”

“A cliente Maria 2, 68 anos, viúva, cor negra, evangélica, nos relatou o seguinte:

sofre agressão por parte de seu filho há 10 anos, já registrou queixa várias vezes na delegacia, o mesmo já foi intimado e não comparece, duvidando sempre que algo possa lhe acontecer. Em abril de 2006 não suportando mais tanto sofrimento resolveu ir ao hospital pedir ajuda, pois ele havia dado um golpe com um pedaço de pau em seu braço, onde apresentou fraturas...”

“A cliente Maria 3, 41 anos, branca, casada, católica, um filho, sofre agressão há 16 anos. Orientada pelo vizinho a denunciar seu companheiro, resolveu contar a violência e as tantas humilhações que vem sofrendo, estando disposta a mudar de vida e testemunhar tudo o que fosse necessário.”

PLPs e os intercambistas de Angola e de Moçambique

O angolano Simão Pascoal Hossi veio ao Brasil para um estágio no projeto de intercâmbio entre a organização Open Society Institute e a Conectas Direitos Humanos, organização brasileira que mantém parceria com o Geledés. Apesar do curso de PLPs ser voltado exclusivamente para mulheres, Simão insistiu em participar ao tomar conhecimento das ações, da metodologia e dos resultados do programa de PLPs. Após conhecer o projeto, Simão mudou o tema de sua tese, que focará a comunicação social e a abrangência da atuação das Promotoras Legais Populares. Aconteceu o mesmo com Lurdes José, outra intercambista de Moçambique, que envolveu-se com o programa em São Mateus. Atualmente ela está trabalhando no sentido de mostrar às mulheres moçambicanas que têm direitos. A grande dificuldade – diferentemente do que acontece no Brasil -- é que em Moçambique, assim como na maioria dos países em desenvolvimento, não há leis que garantam seus direitos.

Simão vem de um país que viveu um processo de colonização portuguesa por cerca de 500 anos e que somente em 1975 conseguiu sua independência; depois disso mergulhou numa guerra civil que levou mais de 28 anos. “Somente em 2002 alcançamos uma paz efetiva, o calar das armas, mas durante estes anos de guerra o país e as famílias, a sociedade no seu todo, como os serviços do Governo e do Estado, ficaram totalmente fragilizados no seu todo, educação, saúde, políticas públicas...”, escreveu Simão em carta enviada ao Geledés após retornar à Angola.

A carta destaca ainda o que Simão viu na Zona Leste da cidade, particularmente a solidariedade entre as participantes do projeto e a disponibilidade de lideranças locais, sempre presentes e intransigentes.

Para mim foi uma grande oportunidade estar aqui e aprender com todas as mulheres, assim como poder ver a forma como as mulheres de São Mateus e Tiradentes têm participado dos encontros, ver o nível de desenvolvimento participativo das mesmas. Isto nós ainda não temos em Angola, a cultura de participação social e feminina. O aprendizado que levo ajudará sem sombra de dúvidas para implementar no meu país esse modelo, que ajuda as próprias mulheres a serem cada vez mais autônomas e ‘empoderadas’. Eu presenciei o crescimento social e didático de muitas mulheres, a mudança de comportamento de varias delas, a forma como se posicionam e abordam as questões. Isto simboliza conhecimento que permite ajudar no crescimento das suas comunidades.

“Achei muito importante o curso acontecer na Escola Técnica de Cidade Tiradentes, bem no coração do bairro, porque tudo que acontecia e era discutido nas aulas tinha a ver com a comunidade. As pessoas aprendiam que tinham de partir do seu bairro para chegar ao nível de Estado e do governo federal. E com a escola tão próxima, desmistificada, muitas delas voltaram a estudar, recomeçaram assim suas vidas. Nós, aqui em Angola, precisamos dessas lideranças, como vocês estão formando, que atuam pelo seu povo. Eu também vivo na periferia, mas em nada eu posso comparar com estas cidades lindas do Brasil. Digo isto porque já estou com saudade de voltar a ver um dia vocês todos de novo. Escrevo estas palavras com muitas saudades de todas e com uma lagrima no canto do olho, pensando em tudo de bom que eu vivi ai, e por todo o carinho que vocês todas tiveram comigo durante minha estadia em São Paulo.

Quero dizer que estou fazendo de tudo para ver se começamos aqui em Angola um projeto semelhante ao de vocês, que se preocupe com os direitos das mulheres. Meu projeto é estabelecer contato com outras organizações parceiras e a comunicação social, isto é, as rádios e televisão, para a divulgação dessas ideias. Também quero consultar instituições do governo para parcerias e troca de experiências, incluindo as seções Comunais, Municipais e Provinciais, afetos ao Ministério da Família e Promoção da Mulher, e mesmo a Assembléia Nacional. Por ultimo, quero agradecer por tudo que o coletivo Geledés me proporcionou, pelos cursos, pelas oportunidades, inclusive a de conhecer a cidade do Rio de Janeiro, o Instituto Promundo.

Subcrevo-me. Simão Pascoal Hossi. Luanda, Angola, aos 24 de novembro de 2009

